

SECRETARIA DE ATENÇÃO À SAÚDE

PORTARIA Nº 667, DE 20 DE JUNHO DE 2013

Habilita número de leitos de Unidades de Tratamento Intensivo - UTI Tipo II.

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Portaria nº 3.432/GM/MS, de 12 de agosto de 1998, que estabelece critérios de classificação e cadastramento para as Unidades de Tratamento Intensivo;

Considerando a Portaria nº 598/GM/MS, de 23 de março de 2006, que define o fluxo para credenciamento de leitos de Unidade de Tratamento Intensivo; e

Considerando a avaliação técnica da Coordenação-Geral de Atenção Hospitalar - DAE/SAS/MS, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o número de leitos das Unidades de Tratamento Intensivo - UTI Tipo II, dos hospitais a seguir relacionados:

ALAGOAS

CNPJ	Hospital	Nº leitos
02.476.391/0001-40 CNES: 2006960	Hospital Vida - Maceió/AL	
26.01 ADULTO		05

BAHIA

CNPJ	Hospital	Nº leitos
02.106.150/0006-14 CNES: 3791130	Unidade Médica Integrada UMI CMH - Centro de Medicina Humana SC LTDA - Candeias/BA	
26.01 ADULTO		10

CNPJ	Hospital	Nº leitos
15.171.093/0001-94 CNES: 0004979	Hospital Evangélico da Bahia - HEB - Salvador/BA	
26.01 ADULTO		05

CNPJ	Hospital	Nº leitos
04.592.078/0001-01 CNES: 3870197	ORTOFORT Clínica Ortopédica Ltda - Salvador/BA	
26.01 ADULTO		20

CNPJ	Hospital	Nº leitos
03.376.102/0001-02 CNES: 2384582	Hospital da Cidade - Bahia Serviços de Saúde Ltda - Salvador/BA	
26.01 ADULTO		10

PERNAMBUCO

CNPJ	Hospital	Nº leitos
10.583.920/0001-35 CNES: 2344882	Hospital do Tricentenário - Olinda/PE	
26.01 ADULTO		20

PARANÁ

CNPJ	Hospital	Nº leitos
76.080.027/0001-01 CNES: 2738309	Hosp. São Lucas FAG - Hosp. São Lucas de Cascavel Ltda - Cascavel/PR	
26.03 PEDIÁTRICO		02

Art. 2º As referidas unidades poderão ser submetidas à avaliação por técnicos da Secretaria de Atenção à Saúde/MS, e, no caso de descumprimento dos requisitos estabelecidos na Portaria nº 3.432/1998, terão suspensos os efeitos de seu cadastramento.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HELVÉCIO MIRANDA MAGALHÃES JÚNIOR

PORTARIA Nº 686, DE 25 DE JUNHO DE 2013

Remaneja recursos do Limite Financeiro do Município de Nortelândia (MT) ao Município de Barra do Bugres (MT), no Estado do Mato Grosso.

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Portaria nº 1.340/GM/MS, de 29 de junho de 2012, que define a estratégia de aumento do acesso aos Procedimentos Cirúrgicos Eletivos no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), para exercícios de 2012 e 2013; e

Considerando a Deliberação nº 24/CIB/MT, de 7 de fevereiro de 2013, da Comissão Intergestores Bipartite do Estado do Mato Grosso, resolve:

Art. 1º Ficam remanejados os recursos do Limite Financeiro do Município de Nortelândia (MT) ao Município de Barra do Bugres (MT), no Estado do Mato Grosso, conforme o Anexo desta Portaria.

Art. 2º O remanejamento de recursos financeiros de que trata esta Portaria não acarretará impacto financeiro para o Ministério da Saúde.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HELVÉCIO MIRANDA MAGALHÃES JÚNIOR

ANEXO

Código IBGE	Município	Gestão	Comp. I	Comp. II	Comp. III	Total
510.600	Nortelândia	Municipal	-	-	10.479,28	10.479
510.170	Barra do Bugres	Municipal	-	-	10.479,28	10.479

RETIFICAÇÃO

No art. 1º da Portaria nº 533/SAS/MS, de 16 de maio de 2013, publicada no Diário Oficial da União nº 94, de 17 de maio de 2013, Seção 1, página 147,

ONDE SE LÊ:
Estado do Paraná

Município	Unidade Hospitalar	CNPJ	CNES	Nível de Referência
Curitiba	Hospital Universitário Regional de Maringá	79.151.312/0001-56	2587335	Secundário

LEIA-SE:
Estado do Paraná

Município	Unidade Hospitalar	CNPJ	CNES	Nível de Referência
Maringá	Hospital Universitário Regional de Maringá	79.151.312/0001-56	2587335	Secundário

SECRETARIA ESPECIAL DE SAÚDE INDÍGENA
DISTRITO SANITÁRIO ESPECIAL
INDÍGENA - POTIGUARA

PORTARIA Nº 22, DE 20 DE JUNHO DE 2013

O Coordenador Distrital Interino de Saúde Indígena do Distrito Sanitário Especial Indígena Potiguara, no uso de suas atribuições nomeado pela Portaria Ministerial nº 1.976, de 11 de setembro de 2012, publicada no DOU de 12 de setembro de 2012, e de acordo com a delegação de competência outorgada pela Portaria nº 68, de 18 de setembro de 2012, publicada no DOU de 1 de outubro de 2012, e considerando o disposto na Portaria nº 2.357/GM/MS, de 15 de dezembro de 2012, que convoca a 5ª Conferência Nacional de Saúde Indígena, publicada no D.O.U. nº 249, de 27 de dezembro de 2012, resolve:

Art. 1º - Convocar as Etapas Locais e Distrital da 5ª Conferência Nacional de Saúde Indígena no âmbito do Distrito Sanitário Especial Indígena Potiguara, conforme calendário especificado abaixo:

ETAPAS LOCAIS:

- a) Conferência Local de Saúde Indígena:
 - dia 25/06/2013, em Rio Tinto;
 - dia 26/06/2013, em Marcação;
 - dia 27/06/2013, em Baía da Traição.

ETAPA DISTRITAL:

a) Conferência Distrital de Saúde Indígena do Distrito Sanitário Especial Indígena Potiguara - dias 29, 30 e 31/06/2013, em João Pessoa - PB.

Art. 2º - As despesas com a organização geral para a realização das Etapas Locais e Distrital, conforme especificado no Art. 1º desta Portaria ocorrerá à conta da dotação orçamentária consignada pelo DSEI POTIGUARA.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

ADRIANO SIMÕES ANDRADE

Ministério das Cidades

GABINETE DO MINISTRO

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 13, DE 25 DE JUNHO DE 2013

Dá nova redação à Instrução Normativa nº 49, de 29 de novembro de 2012, que regulamenta as condições especiais para a utilização de saldos contratuais nas operações de crédito firmadas no âmbito do Programa de Infraestrutura de Transporte e da Mobilidade Urbana - PRÓ-TRANSPORTE, referentes aos projetos de mobilidade urbana diretamente associados à Copa do Mundo FIFA 2014.

O MINISTRO DE ESTADO DAS CIDADES no uso das atribuições que lhe conferem o art. 6º da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, e o art. 66 do Regulamento Consolidado do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, aprovado pelo Decreto nº 99.684, de 8 de novembro de 1990, com a redação dada pelo Decreto nº 1.522, de 13 de junho de 1995, resolve:

Art. 1º Alterar a Instrução Normativa nº 49, de 29 de novembro de 2012, publicada no Diário Oficial da União em 30 de novembro de 2012, seção 1, página 126, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"(...)

Art. 1º Os tomadores em contratos de financiamento firmados no âmbito do Programa de Infraestrutura de Transporte e da Mobilidade Urbana - PRÓ-TRANSPORTE poderão, até 27 de junho de 2013, apresentar aos Agentes Financeiros propostas de utilização de saldo contratual que vier a ser apurado antes da conclusão do objetivo original, desde que preencham os seguintes requisitos:

"(...)"

Art. 2º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

AGUINALDO RIBEIRO

PORTARIA Nº 280, DE 25 DE JUNHO DE 2013

Altera o Manual de Instruções para Contratação e Execução dos Programas e Ações do Ministério das Cidades inseridos no Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, aprovado pela Portaria nº 164, de 12 de abril de 2013, do Ministério das Cidades.

O MINISTRO DE ESTADO DAS CIDADES, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição Federal, o inciso III do art. 27 da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, o art. 1º do Anexo I do Decreto nº 4.665, de 3 de abril de 2003, o art. 6º da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, e o art. 66, inciso IV, do Regulamento Consolidado do FGTS, aprovado pelo Decreto nº 99.684, de 8 de novembro de 1990, com a redação dada pelo Decreto nº 1.522, de 13 de junho de 1995, resolve:

Art. 1º O Manual de Instruções para Contratação e Execução dos Programas e Ações do Ministério das Cidades, aprovado pela Portaria nº 164, 12 de abril de 2013, do Ministério das Cidades, publicada no Diário Oficial da União em 15 de abril de 2013, seção 1, página 101, passa a vigorar acrescido do subitem 19.4-A, com a seguinte redação:

SUSPENSÃO DO DESBLOQUEIO E AS CONCESSÕES DE SANEAMENTO

19.4.....

19.4-A O disposto no subitem 19.4 não se aplica aos casos em que a operação ou a prestação de serviços tenha sido transferida por contrato de concessão na modalidade não onerosa, firmado sob o amparo das Leis nºs 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, e 11.079, de 30 de dezembro de 2004, e suas alterações posteriores.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

AGUINALDO RIBEIRO

SECRETARIA EXECUTIVA
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO

PORTARIA Nº 153, DE 24 DE JUNHO DE 2013

O DIRETOR SUBSTITUTO DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO - DENATRAN, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 19, incisos I e V, da Lei nº 9.503, de 23